

Notas e informaçõesAquele Editorial

Não se deve brincar em serviço

Há momentos em que cabe perguntar se os grupos em que se divide a Assembléia Nacional Constituinte têm plena consciência do papel que estão representando na atual quadra política nacional. A rigor, não se está cuidando apenas de elaborar uma nova Constituição para o País; na medida em que a Assembléia é também Congresso Nacional, cabe-lhe governar o Brasil, juntamente com o chefe do Poder Executivo. Ora, para governar uma nação como a nossa, não é possível que as coisas sérias se tratem de maneira alegre. Se não se pede aos senhores deputados e senadores que se transformem em sisudos monges, discutindo os textos patrísticos, ou as teses heterodoxas de Occam, ou as francamente heréticas de Huss, também não se pode suportá-los olharem-se no espelho como se fossem travessos colegiais a ver qual é o que faz a maior traquinagem.

Depois da vitória do Centrão, cuida-se agora de constituir novo agrupamento político, suprapartidário, sem compromisso com os programas pelos quais os constituintes foram eleitos. Para serem devidamente conhecidos, como antes havia o Centro Democrático, depois o Grupo dos 32, depois o Centrão, esses senhores imaginam que poderiam aglutinar-se sob a bandeira do Centrinho, da Coluna do Meio, do Grupo dos Sensatos, do Centrão-Light etc., ou de que nome melhor combine com poire. Não se dizem liberais, conservadores, sociais-democratas, comunistas, fascistas ou nazistas. Fazem galhofa com sua identidade doutrinária — e depois, quando se critica o Legislativo, protestam irados, acusando os críticos de inimigos da democracia.

Esses participantes de mais uma campanha alegre, que desejam, afinal? "Fazer uma Constituição moderna, equilibrada, sem retrocessos da direita ou excessos da esquerda." De onde se segue, por exclusão, que os que estão no Centrão querem fazer uma Constituição antiquada e retrógrada, e os que formam no PMDB ortodoxo uma Constituição esquerdista, tremendamente à esquerda. Na verdade, nada disso é real e

a existência de mais um grupo político, dividindo os agrupamentos já existentes, comprova dolorosamente que os partidos não existem e que cada deputado ou senador se sente à vontade para ter a opinião que bem lhe pareça, não devendo satisfações a ninguém. Nem ao regimento da Assembléia — que parece cuidar de partidos —, nem aos eleitores, que de repente descobrem que alguém eleito pelo PFL já é dissidente do partido, o mesmo acontecendo com alguém que se elegeu pelo PMDB. Se esses deputados do "Centrinho" não têm compromissos com as organizações pelas quais se elegeram, quem garante que votarão uma Constituição moderna, equilibrada e sem excessos?

É de todos os recantos que partem indícios de que os laços que unem a classe política à realidade são cada dia mais tênues. Os homens do Centrinho parecem responder aos apelos do general comandante do Sul, que espera dos políticos uma Constituição moderna e equilibrada. Resta saber se, confrontados com a comparação, gostarão dela. Por seu lado, o ministro da Justiça, depois que ministros militares e oficiais gerais da ativa deram opinião sobre o processo constituinte, julga-se no direito de afirmar que o melhor que pode ser feito no momento, superando agressões e insultos, é jogar fora o texto aprovado pela Comissão de Sistematização e começar tudo de novo, tendo como ponto de partida a Constituição de 1946. Amanhã, um liberal mais exaltado poderá solicitar que se discuta a partir da Constituição de 1891; ou um direitista inveterado, defensor da Ordem a todo transe, reclamará que a "Polaca" (a Carta de 1937) seja o fundamento das coisas. A pergunta que se pode fazer — e aliás se deve formular — é a seguinte: estarão os homens que integram a classe política percebendo a delicadeza do momento, ou simplesmente estarão vivendo nas nuvens?

Não seria difícil mostrar, à luz de teorias a gosto da esquerda, que vivem nas nuvens. Tecnologicamente, o País está envolto já não nas brumas de Avalon — as

feiticeiras parecem ter ido embora, cansadas de tentar seduzir os cavaleiros do Planoalto —, mas na noite do gasogênio. Ora, se é assim, se todos vêem o País ir para trás e ninguém faz nada, haverá motivo de esparto ao ver os membros da classe política tratarem a feitura da nova Constituição com essa desenvoltura, perdidos nas névoas da fatalidade?

Seria até o caso de perguntar se desejam uma nova Constituição. Todos insistem — e o ministro Paulo Brossard voltou a falar no assunto — que sem entendimento alto não se elaborará uma Constituição para o Brasil de hoje. Ora, esse entendimento parece não existir, tamanha a divisão em grupelhos que se observa na Assembléia. Depois das vitórias do Centrão, restabelecendo o princípio da maioria, já se descontam manobras para aproveitá-lo como base para que o presidente Sarney recupere os cinco anos que a Assembléia lhe cassou. Talvez temendo que o Centrão seja utilizado como massa de manobra do Executivo, articula-se o Centrinho, para servir de fiel da balança, diminuindo a força do presidente. Que acontecerá quando se for votar o texto constitucional? Haverá acordos altos em torno de princípios? Quais princípios, se se transfere, galhofeiramente, para a política, as designações da Loteria Esportiva?

A política não perdoa aqueles que brincam de governar. O Conselho dos Quinhentos se dedicava a essa diversão ligeira até que o general Napoleão Bonaparte, instigado pelo irmão Luciano, dissolveu-o e proclamou o Consulado. E fez política a sério, tão a sério que subverteu a ordem constitucional da Europa, afora a arte da guerra. Os políticos brasileiros deveriam olhar para a História às vezes e lembrar-se de que o Napoleão que dissolveu o Conselho dos Quinhentos não era a figura principal na hierarquia, mas era quem levava as coisas a sério. A sério demais para alguns, como se comprovou no episódio em que mandou sequestrar e depois fuzilar o duque d'Enghien...